

População de Benga abandona reassentamento de Mualádzi

A população de Benga reassentada em Mualádzi, posto administrativo de Kambulatsitsi, no distrito de Moatize, em Tete, está a abandonar aquela região à procura de melhores condições de vida. A empresa indiana International Coal Ventures Limited (ICVL), detentora da mina de Benga, que explora carvão mineral, não está a prover água em Mualádzi, obrigando que até as mulheres em serviço de parto naquela pobre unidade sanitária tenham que levar baldes de água para os seus cuidados de maternidade.

A população reassentada em Mualádzi está a vender aquelas casas para quem as precise como casas de campo. Pelo menos 80 casas de reassentamento de Mualádzi, no distrito de Moatize, província de Tete, foram vendidas a terceiros. Os vendedores das casas são os beneficiários directos, ou seja, os próprios reassentados, que não encontram em Mualádzi a prometida vida igual ou superior àquela que tinham em Benga, segundo prescreve a lei de reassentamento em vigor no País. Estas são as razões, pelo menos, evocadas por aquela população e que significam violação dos direitos humanos daquele povo reassentado involuntariamente para dar lugar à exploração do carvão mineral. A população de Mualádzi denuncia a retirada do autocarro escolar e de passageiros para a comunidade, a necessidade da harmonização da documentação sobre as casas e DUATs, para as machambas, incluindo o 2º hectare, bem como a reabilitação das casas. Aliás, a não indemnização pela perda das machambas na área da concessão da mina e estabelecimento de projectos de geração de rendimentos prometidos pela ICVL está também no rol das preocupações daquele povo sofredor, que hoje vende as suas casas para juntar dinheiro e procurar outras fontes de sobrevivência. Está ainda a necessidade da melhoria das condições da via de ligação rodoviária entre Ca-teme e Mualádzi, abastecimento de água em rede de canalização, transladação dos túmulos do cemitério de Capanga para Mualádzi e operacionalização da zona do novo cemitério, as construções das capelas das igrejas destruídas pela empresa ICVL, em Benga. O MAGAZINE apurou que a lei em vigor no País exige a avaliação do grau de implementação dos benefícios sociais do projecto da ICVL em Mualádzi e o grau de satisfação daquelas comunidades visadas, uma vez que o problema em si revela que há fraco envolvimento da comunidade no projecto de exploração de carvão de Benga, operado pela ICVL. “E isto é uma grave falha da empresa ICVL”, porque, no entender de Rui de Vasconcelos Caetano, director da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), “o envolvimento da comunidade no projecto de desenvolvimento é um dos princípios básicos para assegurar a

sustentabilidade das iniciativas previstas no protocolo das Nações Unidas sobre a responsabilidade social das empresas e um dos pontos de partida para o processo de avaliação do impacto ambiental e social dos mesmos”.

Aliás, é neste contexto que a AAAJC, segundo Rui Caetano, pretende iniciar uma gigantesca missão de avaliação do grau e da dimensão do envolvimento das comunidades locais no processo daquela empresa multinacional, como forma de determinar até que ponto foram ou não efectiva e cabalmente salvaguardados os direitos das comunidades locais no mega empreendimento que a empresa ICVL implementa na província, mais concretamente em Benga, distrito de Moatize. “É que este facto de venda de casas para afastar-se de Mualádzi revela por si só que a ausência do envolvimento da comunidade é um risco para o sucesso e sustentabilidade de qualquer projecto. E a grande questão que se tem colocado é se as comunidades afectadas pelo projecto de carvão de Benga, em Mualádzi, foram consultadas sobre o planeamento do projecto”, acrescentando que só uma auditoria de responsabilidade social corporativa, que também é descrita como auditoria de aprovisionamento ético ou auditoria de conformidade social, deve ser parte integrante de toda a cadeia de suprimento global do empreendimento carvoeiro da ICVL em Benga. Segundo aquele activista social e para legal, para além de ser uma auditoria que deve ser frequentemente realizada de tal forma que os projectos sejam avaliados em conformidade com as leis locais, a AAAJC entende ser relevante para garantir que o projecto da ICVL em Benga seja avaliado, para determinar as condições em que aquelas comunidades já em Mualádzi são tomadas como parte do processo e assegurados os seus direitos e deveres. É que para além do dano óbvio para as comunidades sobre o transporte público, hospital, água, em Mualádzi, tal pode causar danos significativos à marca ICVL.

“Para este quadro, como AAA-JC pretendemos junto da ICVL encontrar um espaço de diálogo permanente a ser indicado pela empresa, que servirá de mesa--redonda para a produção de recomendações à empresa sobre como melhorar os benefícios das comunidades e assegurar a manutenção contínua da ‘licença social’. E comprometemo-nos a lutar por uma parceria para elaborar planos de resolução e incorporação de estratégias de resolução de casos futuros para a ICVL, uma vez que a relação e o diálogo social com as comunidades e outras partes interessadas localizadas em áreas directamente afectadas pelo projecto é um processo vital na implementação, operação e sustentabilidade da empresa”, disse. Citado pela Rádio Moçambique a propósito desta matéria, o chefe do posto administrativo de Kambulatsitsi, Carlos Alsicha, diz ser por ocupações agrícolas que grande parte das casas de Mualádzi se encontram fechadas e abandonadas, uma justificação que confronta a realidade de abandono

das casas de reassentamento de Mualádzi. Contactado na manhã desta segunda-feira pelo MAGAZINE, Yeves Jambo, das Relações Públicas da ICVL, fechou-se ao diálogo, rejeitando toda e qualquer tentativa de se explicar em direito de resposta. Entretanto, a ICVL comprou da empresa Rio Tinto, em Outubro de 2014, a mina de carvão de Benga, localizada no distrito de Moatize, na província de Tete, que antes pertencia à Riversdale. A comunidade foi reassentada em Mualádzi em troca das suas casas expropriadas pela empresa de mineração, na altura Rio Tinto. Quando a ICVL adquiriu as minas de Benga, que antes eram detidas pela empresa Rio Tinto, já tinha sido aprovado um plano de reassentamento daquela comunidade, sendo por isso da responsabilidade da ICVL tudo que a comunidade de Mualádzi hoje exige.

Magazine independente, Nacional, 19.01.2021, pág. 10, Ed. nº 707, António Zacarias